

Mulheres em Rede, empreendimentos populares e ocupação militar nas favelas: apontamentos sobre estratégias de permanência a partir da comparação entre processos urbanísticos no Rio de Janeiro e Montevideú.

Mônica Santos Francisco¹

Pedro Ferko²

Camila Rosmarino³

A elaboração deste artigo se constitui também em um grande desafio, pois o assunto em questão é um dos mais pungentes em se tratando da história recente do Rio de Janeiro, no que se refere a uma de suas marcas mais fortes e ambíguas, a favela. Muitas foram ao longo do tempo as estratégias utilizadas pelos habitantes das favelas para permanecer no território, e, em resposta a elas, um sem número de ações operadas pelos agentes públicos, tentavam exatamente o contrário, ou seja, criar condições onde a existência da favela fosse cada vez menos possível.

No contexto de uma transformação urbanística, capitaneada pela realização de grandes eventos esportivos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, os territórios das favelas passam a configurar como áreas de grande interesse do mercado e da especulação imobiliária, bem como do investimento do capital externo. Concomitantemente e, por conta também da realização destes eventos, a ocupação militar das favelas por meio da implantação das UPPs tem a pretensa prerrogativa de permitir e facilitar o fluxo do capital formal, através de um frágil discurso de pacificação, que irônica e tortuosamente, se coloca em prática através da imposição da força repressora do Estado sobre seus moradores.

Ao mesmo tempo, entra em curso através do aumento do custo de vida provocado pela formalização de serviços, públicos e privados, um processo que dificulta e inviabiliza muitas vezes a permanência dos antigos moradores tendo em vista a investida voraz do capital. Desta maneira, e de antemão, entendemos que este processo pode ser classificado também como uma espécie de remoção dos moradores das favelas

¹ Graduada em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Representante da Rede de Instituições do Borel, Coordenadora do Grupo Arteiras e Consultora da ASPLANDE

² Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense (PPGS-UFF)

³ Estagiária da Asplande, uruguaia, estudante de Ciência Política na França (Institut d'Etudes Politiques)

de suas casas, por um viés que se não é igualmente violento em termos de violência física, o é no campo simbólico.

Trataremos aqui, portanto, do que chamamos de *estratégias de permanência* nestes territórios, tendo em vista o processo de mudanças urbanísticas que vem sendo colocado em prática pelo poder público nesta cidade em conjunto com outras medidas, como a implantação de unidades de ocupação militar nas favelas. O faremos, entretanto, utilizando como prisma a experiência e a perspectiva das mulheres participantes do projeto Mulheres em Rede e também participantes da Rede de Mulheres Empreendedoras da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

As favelas na mira do poder público: remoções, urbanização e gentrificação

A luta dos moradores das favelas do Rio de Janeiro do século XIX para se manterem ali, começava a florescer, intensificando-se durante o século XX e alcançando conquistas importantes nesse sentido em suas duas décadas finais, após intensas ações dos movimentos comunitários organizados e das federações e associações de favelas. Neste sentido, essa luta vem de encontro às ações promovidas pelo poder público. Através de uma recuperação histórica, podemos classificar as ações e execuções de políticas públicas em favelas do Rio de Janeiro a partir dos anos quarenta em dois tipos distintos: as de remoção e as de urbanização.⁴

No entanto, no que se refere a estas intervenções, é possível verificar a completa ausência de uma política consistente e que se propusesse a lidar com as necessidades reais das comunidades, decorrente do fato de que as favelas sempre foram utilizadas como fator de sustentação política⁵.

A organização comunitária, a relação com movimentos políticos de esquerda e a relação por vezes clientelista com movimentos políticos de direita (pensamos que esta

⁴ VALLARADES (2005).

⁵ “*Tanto nas favelas do Rio como na periferia de São Paulo, a incorporação gradual à cidade ocorre, sobretudo, através da articulação de suas associações locais com máquinas clientelísticas, criadas para canalizar a participação política desse novo eleitorado urbano (...) cria-se, assim, uma máquina relativamente eficiente na gestão de demandas por equipamentos urbanos, que tem como contrapartida o amesquinamento da formação de uma cultura cívica mais democrática*”. (BURGOS, 2012:375).

também deve ser pensada como uma estratégia, embora precisássemos problematizar um pouco mais a questão, o que poderemos fazer em um próximo artigo), a luta pelos serviços mais básicos, a urbanização (conquistada na última década do século XX, com um dos maiores programas urbanísticos já realizados em favelas no mundo, o Programa Favela Bairro) o fornecimento regular de energia elétrica e água encanada, marcaram a luta pela dignidade do morar⁶ e marcam a história da luta das favelas frente às ameaças que sempre rondaram o morar para esta parcela da população, e em especial, pelas experiências das mulheres das favelas que hoje estão inseridas no contexto do projeto Mulheres em Rede nesse sentido.

O objetivo é ampliar cada vez mais a compreensão das questões mais importantes relacionadas a este tema - que é multifacetado - e em decorrência disso, nos ateremos no que se refere à relação do tema com as mulheres do projeto e seus territórios; utilizamos aqui o termo território, conferindo a ele o sentido que melhor tradução dá à chave teórica que escolhemos para apresentá-lo, e que foi cunhada pelo geógrafo Milton Santos. Ou seja, o significado nesta conjuntura específica é o de lugar das relações, da troca e da sociabilidade, espaços contíguos e contínuos, e não me detendo única e exclusivamente ao conceito geopolítico clássico de espaço dos Estados-Nação, com fronteiras definidas, exército e um sistema de organização política.

Discutir a ocupação policial militarizada, aliada a um projeto de cidade elitizada que ocorre nestes territórios hoje se torna inevitável. Principalmente naquilo que concerne às avaliações das políticas de segurança pública e as estratégias governamentais no combate a “criminalidade violenta” nestes territórios. Entretanto, tendo em vista o contexto de mudança estrutural e urbanística sofrido pela cidade nos últimos anos, completamente direcionado em benefício do grande capital privado, da supervalorização e da especulação imobiliária em determinadas regiões da cidade, podemos também interpretar o real objetivo das políticas de segurança pública. Não exatamente eliminar a violência historicamente sofrida na favela, e sim de garantir que ela seja contida dentro das mesmas para que não atinja negativamente os interesses mercadológicos citados acima.

⁶ O termo morar tem aqui o sentido de identificação e relação direta com o local. O morar como uma experiência singular nestes espaços, por conta de sua própria constituição no contexto da cidade.

Sabemos que a lógica do território armado, em poder do tráfico de drogas que ocorre nas favelas, produz um grande entrave e uma barreira no estabelecimento da lógica burguesa para o desenvolvimento do mercado e do capital. Na medida em que a implantação das UPPs não tem como ponto uma polícia de consulta, que encaminha demandas populares ao poder público, a partir da “retomada” do monopólio da força nestes territórios, desta reocupação⁷, pode-se de criar as condições necessárias para a chegada de serviços públicos e privados, neste caso, o da formalização das relações capitalistas de consumo. O maior desafio da valorização capitalista das favelas por meio da ocupação permanente destes territórios pela polícia não é, portanto, a ameaça de uma tentativa de retorno às favelas por traficantes desterritorializados, detendo uma possível retomada de força do tráfico de drogas, mas sim fazer com que os seus residentes aceitem os termos da nova situação imposta, ou seja, “pacificá-los”.

Neste momento em que se impõe uma nova concepção de cidade e de planejamento urbano, que ocorre na contramão de um planejamento compreensivo, marcado por uma ação diretiva do Estado, expressa em planos diretores e loteamentos urbanos, o que se tem é um planejamento conveniente e amigável ao mercado, e, ao mesmo tempo, orientado pelo e para mercado. Isto nos permite traçar um paralelo entre o Estado e um mero balcão de negócios, onde neste caso, o mercado aparece como gestor do espaço público, acentuando as características do plano neoliberal que vem sendo colocado em prática no Brasil há duas décadas.

Conseqüentemente, a atuação destas unidades militares de polícia, como percebemos, não se restringe somente ao âmbito da segurança pública, mas também se pretende figurar como agente capaz de gerar e permitir a gerar especulação imobiliária, obtenção de serviços para telefonia e TV, abertura de lojas e outras fontes de cultura. Contas de água, luz e televisão por assinatura passam a ser cobradas, gerando uma tributação extra e inédita sobre os seus moradores. Portanto, a polícia, nesse sentido, aparece teoricamente – no discurso oficial - como agente do Estado capaz de prover e permitir a presença de uma rede de serviços essenciais, que já antes não chegavam ao alcance da classe mais pobre e trabalhadora. Segundo o discurso oficial, a “pacificação” seria a pedra fundamental deste processo.

⁷ O termo também pode e deve ser problematizado, de modo que a polícia e a força repressora nunca estiveram totalmente ausentes ou deixaram de se fazer presentes nas favelas. Ao passo em que o Estado julgava necessária a presença da polícia nestes territórios, ela lá estava presente, reforçando as condições de ausência de direitos e de respeito à cidadania de seus moradores.

No bojo destas transformações, verificamos que estas localidades passam por um processo de gentrificação de seus territórios. Dentre os muitos desdobramentos e consequências desta política, a que será abordada aqui é a crescente valorização e crescimento dos preços dos imóveis, estimulando a especulação imobiliária a partir da implantação prática desta estratégia de ocupação das favelas por parte do poder público. Conseqüentemente, as favelas tornam-se alvo cada vez maior dos investimentos externos de empresas e investidores que encontraram nelas um novo filão de investimento.

A ideia exposta por nós anteriormente em outro artigo, é que “a necessidade destas mulheres de administrarem de maneira mais eficaz seus negócios, com vistas a que esta melhor administração amplie o leque de oportunidades de comercialização e circulação de divisas no interior de suas comunidades, é também fazer evidente que o empreendimento popular hoje é de fundamental importância para a permanência destas mulheres, suas famílias e conseqüentemente a rede de proteção sob o alcance dela na localidade que pertencem, tornando-se assim uma estratégia de permanência e de resistência ao ataque da especulação imobiliária e o aumento do custo de vida ocasionado pelas medidas que compõem o processo que entendemos aqui entendido como *gentrificação*”⁸.

O termo acima serve para caracterizar uma mudança na geografia humana de regiões degradadas da cidade (vide o exemplo da falta de estrutura das favelas) que passam por grande revitalização e são alvo de investimentos de capitais externos, impactando diretamente nos deslocamentos urbanos – remoção pelo viés econômico - e na perda de identidade destes antigos moradores – ao passo que os mesmo têm cortadas suas raízes com os locais nos quais nasceram, cresceram e viveram - , além de deixar em grandes dificuldades os mais resistentes em se manter no local pela incapacidade de arcar com os altos custos decorrentes da nova condição. As transformações impostas sobre essas regiões acabam por acarretar na inviabilidade de permanências de seus antigos moradores, e, neste contexto, sabemos que as mulheres, em sua maioria responsável pelo provimento total de renda na família, acabam ficando em situação mais vulnerável.

⁸ SANTOS e FERKO (2014).

Este processo de gentrificação das favelas, por vezes também conhecida como “remoção branca” que funciona pela expulsão de seus moradores pelo mercado e pelo critério econômico, acarreta no fato de um grande número de moradores deixarem suas casas a partir da implantação destes projetos do poder público. Os projetos, baseados num discurso de modernização e integração destas localidades à cidade, no entanto, acabam por criar dentro destas favelas alguns espaços de luxo, elitizados, abertos principalmente para o turismo e o capital estrangeiro. A partir desta lógica de investimento de capital externo, fica naturalizado o grau determinante da atuação do mercado sobre as transformações nestas áreas, abrindo espaço para a gentrificação.

No caso do Rio de Janeiro, o fenômeno urbano da gentrificação tem seu início a partir de uma maciça chegada de estrangeiros – e com eles seu poder de investimentos - à cidade, possibilitada a partir da exposição midiática por conta dos grandes eventos esportivos. Este “público estrangeiro”, que vem ocupando gradativamente as favelas, para morar e também para explorar comercialmente, geralmente é associado a um perfil “jovem e empreendedor”, que aplica seu capital principalmente nos ramos do turismo e da hotelaria, no caso das favelas, através da abertura de hostels e albergues, além de restaurantes, bares e outros estabelecimentos voltados para o nicho “cultural” do investimento privado.

Lado a lado com a presença estrangeira, ainda podemos identificar como agentes gentrificadores os especuladores imobiliários. A implantação das UPPS por sua vez, resultou na elevação do preço da moradia em todas as favelas incluídas neste programa. A partir do processo de alta nos mercados locais, desencadeados pelo investimento de capital externo e chegada de novos moradores, a alta dos preços e a valorização da área tornam-se inevitáveis. Por conseguinte, a presença de estrangeiros e investidores externos aponta para o mercado imobiliário sobre o potencial especulativos destes locais, na medida em que os agentes do mercado passam a ocupar espaços nestas favelas, iniciando um processo de descaracterização na geografia humana e cultural nestas áreas.

O Rio de Janeiro, nos dias hoje, vê seu mercado imobiliário valorizado como nunca antes. É fato que a implantação do programa de ocupação militar nas favelas cariocas ocasionou uma alta vertiginosa no valor dos imóveis no corredor ocupado pelas mesmas – não coincidentemente o corredor turístico da cidade – assim como no seu

entorno, dificulta bastante a permanência dos moradores antigos nestas áreas, principalmente aqueles que moram de aluguel.

A partir dos investimentos públicos na formalização e na regularização da oferta de serviços básicos como água, energia elétrica e televisão, faz com que os locatários de imóveis, que se encontram em situação mais vulnerável, tenham maiores dificuldades em manter-se nestas condições, na medida em que sua permanência nestes locais é ameaçada pelo aumento drástico no custo de vida. Entretanto, o encarecimento decorrente da especulação imobiliária e da formalização de serviços não atinge apenas moradores que vivem de aluguel. Somados á cobrança de impostos, como o IPTU, os aspectos citados anteriormente podem fazer mesmo com que pessoas que residem em casas próprias passem por um processo de remoção, mesmo que determinado economicamente.

No contexto desta lógica de encarecimento que determinadas favelas estão passando, “fortalecer as iniciativas locais se torna fundamental em termos de estratégia de permanência nestes espaços, pois favorece o crescimento econômico local, a possibilidade de ampliar a relação com os externos à favela, favorecendo a uma lógica não só de apropriação da favela pela cidade, mas da cidade pela favela, já que grande parte da receita produzida na favela é escoada para fora”.⁹

Estratégias de resistência e permanência e a articulação em Rede

As diversas formas de se manter no seu lugar de moradia, ainda que permeado de faltas e ausências, sempre foi a marca da vida nas favelas ou nas áreas periféricas das grandes cidades. Poderíamos até chamar estas ações, com mais propriedade, de resiliência, o que, por conseguinte, não é novidade se tomarmos como exemplo a organização dos favelados das quais nos referimos aqui anteriormente.

Mas ao analisarmos este assunto sob a ótica do Projeto Mulheres em Rede, temos a dimensão da importância dos empreendimentos populares e de que eles são, sem dúvida, de suma importância para garantir a permanência destas mulheres no

⁹ SANTOS e FERKO (2014).

território em que estabeleceram todos os seus laços afetivos e que contribuem para a constituição de sua própria identidade. Embora não possamos afirmar que essa é a única estratégia ou a principal, mas ao constatarmos a importância que têm estes negócios populares, com um viés fortíssimo de práticas da chamada Economia Solidária. É necessário destacar esta característica, tendo em vista que a mesma prioriza as práticas de autogestão, produção coletiva e solidária, respeitando o meio ambiente e a chamada centralidade do humano nos processos que envolvem o ato de comerciar (produzir, vender), se contrapondo as práticas predatórias vigentes nas relações capitalistas de mercado, eles sem dúvida fazem a diferença.

O empreendedorismo ligado às ideias da economia solidária, da forma como é trabalhado através da Rede, neste tem um sentido explícito de fortalecimento local e comunitário, abandonando a velha concepção pautada na diferenciação econômica e social decorrente deste processo. A fala de uma das participantes nos confirma este caráter:

“A rede inclusive já proporcionou trabalhos coletivos, justamente por você saber onde essas pessoas estavam. Às vezes uma mulher não aceita uma encomenda grande porque está sozinha, pode não dar conta e etc. Eu mesma já recebi encomendas nas quais eu sabia onde essas pessoas estavam então as acionei, através do contato fornecido pela Rede. Se você sabe onde outras pessoas estão, você abraça a encomenda na hora!!”

Inclusive, alguns destes empreendimentos são criados como alternativa ao desemprego, no entanto a grande maioria das entrevistadas afirma que os mesmos nascem do desejo de empreender a partir de uma “habilidade inata ou adquirida ao longo de sua trajetória”¹⁰.

Com a investida externa, a possibilidade de ter de se mudar de seus locais de moradia ocasionada pelo aumento do custo de vida que acaba por inviabilizar essa permanência, funcionando em nossa perspectiva como uma espécie de expulsão por critérios econômicos, reforçando a ideia do fenômeno da gentrificação que vêm

¹⁰ SANTOS e FERKO (2014).

ocorrendo nestas comunidades. Não se utiliza da força ou da violência física, mas de estabelecer novos critérios econômicos, além de outros métodos subjetivos de persuasão.

Contudo, não são apenas as condições materiais objetivas que determinam numa tomada de decisão que modifica estruturalmente a vida destas mulheres. A identificação com o local e com as pessoas com quem compartilham de um sentimento de pertencimento não meramente passivo, e sim constitutivo das comunidades, é determinante também num posicionamento quando se coloca em cheque a permanência destas mulheres no local ao qual elas pertencem. Por isso, a grande maioria das participantes quer permanecer em suas comunidades, em suas casas, em detrimento de uma investida de capital externo, para, muitas vezes, ter de morar três ou quatro vezes mais longe do que o atual (e tradicional) endereço.

Como também apontamos anteriormente,

“a proposta de realizar junto a estas mulheres um projeto onde a questão econômica como processo de ‘empoderamento’ fosse concreta, mas também criando a possibilidade de que a partir das práticas cotidianas as mulheres alvo do projeto possam manter-se no território”, passa também por ser um importante instrumento com relação às questões relativas aos direitos humanos e na construção de estratégias coletivas de luta e de permanência e resistência, que em nossa leitura são compatíveis com os aspectos que são traçados como questões transversais na execução do projeto, mas não secundárias”.

Neste sentido, entende-se que a atuação de um projeto Mulheres em Rede tem por objetivo expandir os limites da pura formação técnica, “trazendo também para o centro das atenções o aprofundamento no debate a respeito de aspectos políticos e sociais que tenham papel determinante na vida dessas mulheres. A partir do enfoque no fomento do empreendedorismo e do comércio numa perspectiva em que esta construção se dê de forma coletiva e solidária, propõe-se para estas mulheres uma nova reflexão sobre organização social do trabalho, e da mesma maneira, ao passo em que se assume um compromisso de permitir, facilitar, e acompanhar a inserção de mulheres moradoras de favelas no mundo do trabalho, traz-se à tona outra importante discussão a respeito de opressões de gênero e classe social às quais em nossos dias a sociedade ainda está

submetida.”¹¹ A capacitação de mulheres a fim de gerir seus próprios empreendimentos, além de criar e fortalecer uma rede de solidariedade que sirva como suporte a todas elas, estreita relações pessoais e laços comunitários. Trata-se de atentar para o corte de gênero e de classe, sobre identidade, pertencimento e territorialidade.

Os empreendimentos populares e femininos tem um efeito potencializador neste processo, pois dão um significado singular às microrrelações, a troca sistemática de saberes, gerando um ambiente extremamente fecundo, também para as relações comerciais. É o que podemos chamar de “vida em rede”, ou seja, a troca que antes se dava somente nas situações de necessidade (cuidado de filhos, alimentos ou em casos de doença), se dá também agora no âmbito das relações comerciais, mas não deixa de manter a característica solidária das demais relações, que continua sendo permeada pela afetividade, reconhecimento e identificação mútua.

Paralelamente a estas questões, as transformações urbanas incidem diretamente sobre a vida nestes territórios e nas relações comerciais isso fica evidenciado pela entrada de atores bem mais estruturados do mercado “formal”, o que acaba constituindo-se em uma ameaça aos negócios ou empreendimentos populares. E para além desta questão mais prática e concreta, há um fator psicológico real, com a diminuição da confiança destas empreendedoras locais, por conta de toda a estrutura que acompanha os negócios estabelecidos na cidade dita formal, e com suas marcas consolidadas entre os consumidores.

Para citar um exemplo, o caso de grandes redes de fast-food e lanchonetes que chegam a áreas antes depreciadas e degradadas pela presença do que Eliana Sousa (2012) chama de grupos criminosos armados, e que logo após a ocupação pelo Estado, passam a representar um atrativo a grandes projetos comerciais, pondo em “risco” todo o processo construído pelos nativos do local. Ou seja, passa a estar em curso a *gentrificação*. A afirmação de Mello (2013) em sua etnografia sobre o bairro de Botafogo e Aligre na França pode nos dar uma clareza maior sobre o que estamos falando:

“Estamos falando, assim, de uma disputa, quase sempre naturalizada, entre grupos sociais distintos em torno do espaço da cidade transformado em vizinhança. Não se

¹¹ SANTOS e FREKO (2014).

trata apenas de uma mudança econômica, engendrada politicamente, mas de uma transformação social profunda, cujas feições também se definem no plano das interações nas arenas públicas. Com a substituição de populações, trocam-se igualmente valores morais e transformam-se modos de convivência. E a vida na cidade pode ser definida também como uma sucessão incontrolável de substituições de população, e conseqüentemente de suas expectativas de cidade ideal. A ecologia humana nos permite observar e analisar essa dinâmica como um processo ecológico contínuo e interligado. E faz isso retirando sua substância analítica dos dramas vividos e relatados pelas pessoas envolvidas no processo¹².”

O fomento a estes empreendimentos populares mostra-se como uma ferramenta e ao mesmo tempo estratégia, na criação de condições favoráveis a estes empreendimentos, de se manterem no território. E não só os empreendimentos em si, mas conseqüentemente às famílias ligadas direta e indiretamente a eles. Tal prática se constitui como importante elemento no enfrentamento às investidas, ou ameaças ao território, pois aumenta a circulação de capital no território e aumenta os postos e as possibilidades de trabalho. Este aspecto político das estratégias de permanência fica destacado numas das falas extraídas do 3º relatório de monitoramento:

*“A Rede é um espaço muito rico para discussão. Ver essas mulheres discutindo assuntos como economia solidária, gênero, segurança pública e projeto de cidade, questão de gênero, violência e política, que muitas vezes é interpretado como um assunto chato, e nesse contexto elas percebem que são questões importantes e determinantes em suas vidas. Percebem que tudo isso é uma discussão **política**. Nesse sentido, a rede é um excelente espaço de discussão, que em muitos projetos não existe, é uma coisa mais mecânica, onde se discutem metas e números, e na rede não, aqui elas têm um espaço pra discutir.”*

¹² MELLO (2013:34).

Participação e empoderamento das classes populares através do desenvolvimento de um plano habitacional no Uruguai

É interessante para nossa reflexão estender nosso campo de visão até realidade do Uruguai, pequeno país tão perto, mas tão diferente do Brasil, de apenas três milhões de habitantes. O Uruguai também conhece processos de transformação profunda e de mudança na dinâmica de territórios urbanos, principalmente nos bairros mais marginalizados da periferia de Montevideu. No entanto, o que vem ocorrendo atualmente nos bairros periféricos não é tanto um processo de gentrificação – como define Ruth Glass (1964) - como vemos, por exemplo, no Rio de Janeiro, mas sim uma mudança feita por pessoas que habitam esses lugares. No Uruguai, o caso é diferente: podemos citar classificar este processo como uma *revitalização* do espaço sem necessariamente configurar *gentrificação*.

Como exemplo, citemos a forma de ação do governo atual, frente aos problemas urbanos de habitação que trazem desorganização geográfica/espacial e consequente marginalização social daqueles que vivem nestes espaços. Em 2009, com a eleição de José Mujica, foi criado o *Plano Juntos*. Trata-se de uma ferramenta para contribuir na melhoria da qualidade da vida das pessoas mais pobres, construindo efetivamente um habitat digno. No *Plano Juntos*, as pessoas destas localidades degradadas imaginam e constroem de forma participativa e solidaria um melhor futuro, a começar pela moradia.

No Uruguai dos dias de hoje, o problema da marginalização dos setores mais vulneráveis da população continua sendo uma realidade. Também existem favelas, centros urbanos degradados, ocupação de casas vazias, construções improvisadas de moradia. Na medida em que desigualdade social e a segregação espacial têm uma forte relação intrínseca, o governo busca reduzir a pobreza extrema e a fratura social do território. O Plano de Integração Social e Habitação do atual governo – como vimos, *Plano Juntos* - têm como ambicioso objetivo enfrentar a pobreza sócio-habitacional dos setores vulneráveis da população e mais precisamente de 15.000 famílias em extrema pobreza habitacional.

Portanto, no caso uruguaio, o curso dos processos de transformação urbana não se trata de gentrificação verdadeiramente, já que não há mudança dos habitantes frente

os altos custos decorrentes da nova condição, onde, conseqüentemente, também não há perda da identidade dos moradores com estes locais. Aqui são os habitantes mesmo das zonas marginalizadas que constroem um habitat onde viver dignamente com sua família. Trata-se de uma mudança feita por eles mesmos. Identidade local pode até ocasionalmente mudar, em vista desta transformação, no entanto não da forma que a gentrificação produz essa mudança.

Na prática, as famílias de baixa renda integram listas de acesso ao plano habitacional, para, depois dos procedimentos burocráticos, construir suas próprias casas em conjunto com voluntários e vizinhos. Desta forma, mulheres chefes de família podem aprender diversas coisas, muitas delas tradicionalmente masculinas, que as tornam novas protagonistas do programa. Contudo, as famílias não são proprietárias das casas construídas: a ideia é que as casas sejam utilizadas por outras famílias que também precisem posteriormente. Portanto, vemos que um processo de mudança do pensamento e da concepção sobre a propriedade privada é indispensável para que famílias não vendam suas casas por meio de um possível mercado paralelo.

Bairros inteiros foram assim construídos, com casas pré-fabricadas, muitas vezes doadas pelas empresas parceiras do *Plano Juntos*. Ademais, o abastecimento de eletricidade e de água são de responsabilidade do programa, tentando promover assim organização espacial e geográfica a um lugar antes marginalizado. Além disso, o Plano também trabalha com voluntariado. A participação voluntária dos membros da sociedade é um pilar importante do programa.

Não só se fala de construção, mas também do trabalho dos técnicos de terreno. A ideia é de favorecer a participação social, a integração na democracia e a construção da cidadania. Trata-se do apoio à ampliação da cobertura dos serviços sócio-educativos, culturais e de saúde, apoio a educação, lazer e esporte, além de um apoio, criando mecanismos de inserção no mercado de trabalho. Isto torna-se indispensável para que o plano tenha uma influência e resultados a longo prazo. Nesse sentido, a promoção e o apoio à gestão social participativa busca ter como resultado um melhoramento da democracia na sociedade uruguaia.

Hoje o programa se desenvolve em vinte e uma localidades da capital, Montevideu, e treze no interior do país. Contudo, em 2013, fez-se mais de 1.700 casas. Entretanto, fechando seus cinco anos do governo, construirão 2.500 casas,

número muito abaixo em relação às 15.000 de objetivo inicial. Isso pode ser explicado por muitas razões, começando pela confusão que se criou ao princípio, frente a uma ferramenta nova. A dependência de atores voluntariados pode tornar o projeto frágil e instável. Contudo, existe a necessidade de tempo para chegar uma organização eficiente, onde todos os atores atuem como o esperado.

Em cinco anos, segundo o site de imprensa Montevideo Portal, foram doados quase \$US 400.000¹³, sendo que 80% deste valor advém do salário do presidente. Muitas empresas uruguaias colaboram e também são possíveis doações individuais, o que tem dado ao plano uma dimensão nacional, mas teve muitas dificuldades para chegar a um ponto de equilíbrio econômico, já que as doações solidárias foram menores do que as esperadas e muito questionado sua eficiência no começo. Outro ponto seria a dependência econômica com o presidente atual, o que traz questionamentos a sua sustentabilidade. Com a recente troca presidencial, o antigo presidente, agora senador, se preocupa em não transformá-lo num orçamento público “frio”, burocrático, contrariando seu objetivo inicial de também cultivar solidariedade.¹⁴

Conclusão

É claro que Uruguai também está vivendo um processo de mudanças sociais, geográficas e espaciais. As mudanças materiais e imateriais, como a identidade, são características de todo processo de gentrificação nas cidades do mundo e da América Latina.

Parece-nos, infelizmente, que a gentrificação de determinados espaços – principalmente as favelas do Rio de Janeiro - é inevitável ao momento do desenvolvimento turístico e revitalização do patrimônio, na medida em que o investimento de capital externo privado avança na ocupação destes territórios. É necessário perguntar, no entanto, em nível político local, se é mesmo esse tipo de

¹³ <http://www.montevideo.com.uy/auc.aspx?258077>

¹⁴ La Diaria, El Nucleo duro, Amanda Munoz, 20 de fevereiro 2015, <http://ladiaria.com.uy/articulo/2015/2/el-nucleo-duro>

desenvolvimento turístico se quer em no país, se é esse tipo de desenvolvimento daquelas regiões que seus antigos moradores desejam, e como fazer para integrar população local e classe popular em estes espaços.

Por outro lado, Uruguai conhece uma revolução na concepção da política habitacional, no que se refere àquele país: pela primeira vez um representante do mais alto cargo do poder público materializa verdadeiramente suas ideias e a tornam uma prioridade, cultivando valores como a solidariedade, principalmente entre as classes populares. O *Plano Juntos* é um exemplo de projeto de mudança profunda nos territórios e espaços geográficos de uma cidade. Mas cinco anos pode parecer pouco tempo para tirar conclusão de um plano com vontade de ter um impacto social e espacial, no intuito de melhorar qualidade de vida e a integração das pessoas mais pobres na sociedade.

Tendo em vista que o deslocamento humano em longo prazo, no contexto das remoções por qualquer critério que seja, acarreta na perda forçada de identidade daqueles indivíduos, um plano de habitação e de revitalização de áreas degradadas que incentiva construção e ocupação de moradias dignas para as classes populares, nos territórios onde aqueles indivíduos já estão acostumados a viver, tem mais a acrescentar do que subtrair a estas populações.

Referências Bibliográficas:

A História das Urbanizações nas Favelas Parte I / 1897-1988/ <http://riowatch.org.br/?p=4676>

A História das Urbanizações nas Favelas Parte II / <http://rioonwatch.org.br/?p=5042>

Burgos, Marcelo Baumann. **Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro.** In: ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (org.). *Um século de favela.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012.

Francisco, Mônica dos Santos e Ferko, Pedro. *Empreendimentos Femininos: Práticas Cotidianas e Perspectivas frente às transformações urbanas em favelas cariocas pós-implantação das UPPs.* 2014.

Mello, Thiago Pedro Paulo de. **Botafogo e Aligre: Gentrificação em Rio e Paris.** Etnografia, 2013.

Santos, Milton. **Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal.** 10. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

Sousa e Silva, Eliana. **Testemunhos da Maré.** Rio de Janeiro, 2012.

Valladares, Licia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem à favela.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 2005.